

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202305/0994

Tipo Oferta: Concurso Interno de Ingresso

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Orgão / Serviço: Instituto Politécnico do Porto

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Docente do Ensino Superior Politecnico

Categoria: Professor Coordenador S/ Agregacao

Remuneração: Legalmente previsto.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Ao Professor Coordenador compete, para além das funções constantes no n.º 5 do artigo 3.º do ECPDESP, desenvolver atividades de coordenação intersectorial.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Doutoramento

Descrição da Habilitação Literária: Área científica de Informática

Grupo Área Temática

Tecnologias

Sub-área Temática

Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo

Área Temática

Outros

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Escola Superior de Tecnologia e Gestão	3	Casa do Curral - Rua do Curral - Margaride - Apartado 205	Felgueiras	4610156 FELGUEIRAS	Porto	Felgueiras

Total Postos de Trabalho: 3

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: - Sejam titulares do grau de doutor ou de título de especialista, obtido há mais de cinco anos na área ou área afim para que é aberto o concurso, (art. 19.º do ECPDESP);
- Pertencam ao Mapa de Pessoal docente da Unidade Orgânica em que é aberto o concurso para a categoria de Professor Coordenador (n.º 2 do art. 3.º do DL n.º 112/2021, de 14/12).

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Formulário em <https://domus.ipp.pt/concursos/estg/pessoal/>

Contacto: srh@estg.ipp.pt

Data Publicitação: 2023-05-26

Data Limite: 2023-07-10

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º 10250/2023, de 25/05

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de concurso documental interno de promoção para recrutamento de Professor Coordenador na área científica de Informática Nos termos e para efeitos do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro (Regime Jurídico dos Concursos Internos de Promoção a Categorias Intermédias e de Topo das Carreiras Docentes do Ensino Superior e da Carreira de Investigação Científica) e do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, conjugado com o Regulamento dos Concursos para a Contratação do Pessoal da Carreira Docente do Instituto Politécnico do Porto, anexo ao Despacho n.º 4807/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 54, de 17 de março e demais disposições legais em vigor, torna-se público que, por meu despacho de 4 de maio 2023, no uso de competência própria, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, homologados pelo Despacho n.º 15833/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 132, de 10 de julho, alterados pelo Despacho n.º 9618/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 204, de 23 de outubro, procede-se à abertura de concurso documental interno de promoção, pelo prazo de 30 dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o Aviso de abertura do concurso documental interno de promoção for publicado no Diário da República, para ocupação de 3 (três) postos de trabalho do Mapa de Pessoal da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, na categoria de Professor Coordenador, para a área científica de Informática. 1. Local de trabalho - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, sita na Rua do Curral, Casa do Curral, Margaride, Felgueiras. 2. Número de postos de trabalho a ocupar - 3 (três) postos de trabalho. 3. Caracterização do conteúdo funcional - Ao Professor Coordenador compete, para além das funções constantes no n.º 5 do artigo 3.º do ECPDESP, desenvolver atividades de coordenação intersectorial. 4. Posição remuneratória - O regime remuneratório aplicável aos professores de carreira e ao pessoal docente contratado para além da carreira consta de diploma próprio, conforme previsão do artigo 35.º, n.º 1, do ECPDESP. 5. Âmbito de recrutamento - A admissão administrativa ao concurso depende do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, sem prejuízo dos requisitos previstos no ECPDESP e no Regulamento dos Concursos do P.PORTO, podendo ser opositores ao concurso os Professores Adjuntos com contrato por tempo indeterminado com a ESTG do P.PORTO, ainda que não esteja concluído o respetivo período experimental (n.º 2 do art. 3.º do DL n.º 112/2021, de 14/12), e que cumulativamente: a) Sejam titulares do grau de doutor ou de título de especialista, obtido há mais de cinco anos na área ou área afim para que é aberto o concurso, (art. 19.º do ECPDESP); b) Pertencam ao Mapa de Pessoal docente da Unidade Orgânica em que é aberto o concurso para a categoria de Professor Coordenador (n.º 2 do art. 3.º do DL n.º 112/2021, de 14/12). 6. Prazo de validade do concurso: 6.1. O concurso é válido para os postos de trabalho referidos, cessando com o seu preenchimento ou por inexistência ou insuficiência de candidatos. 6.2. O concurso pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado do Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, respeitados os princípios gerais da atividade administrativa bem como os limites legais, regulamentares e

concurrais. 7. Forma de apresentação da candidatura: 7.1. A candidatura é efetuada por meios eletrónicos no endereço <https://domus.ipp.pt/concursos/estg/pessoal/>, no prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato àquele em que o Aviso de abertura do concurso documental for publicado no Diário da República, através de requerimento, datado e assinado, dirigido ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto. 7.2. Não são aceites candidaturas enviadas por correio postal ou eletrónico. 7.3. O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos: a) Identificação do candidato pelo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e eletrónico; b) Identificação do concurso para promoção objeto da candidatura; c) Indicação da categoria e área científica em que se encontra integrado na instituição; d) Indicação dos graus e títulos académicos detidos pelo candidato; 7.4. O requerimento é acompanhado da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae detalhado, contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação, datado e assinado; b) Um exemplar dos trabalhos e toda a documentação referida no curriculum vitae, em suporte digital no formato PDF, organizados pelos critérios do desempenho técnico-científico e profissional, da capacidade pedagógica e das outras atividades relevantes; c) Documento comprovativo de que o candidato pode serpositor ao presente concurso interno de promoção e que reúne os requisitos referidos no ponto 5, alínea b), do presente edital; d) Certificado que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau e títulos exigidos para o concurso; e) Cópia de documento de identificação; f) Lista dos documentos que acompanham a candidatura; g) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes. 7.5. Não estando disponíveis em formato digital os documentos referidos na alínea b) do ponto anterior, poderão ser substituídos pela entrega em papel de um número de exemplares correspondente ao número de membros do júri, a enviar por correio registado dentro do prazo de submissão, fazendo menção à candidatura efetuada por meio eletrónico; 7.6. Sempre que entenda necessário, o júri pode solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o Curriculum Vitae apresentado. 8. Método e critérios de seleção: 8.1. Critérios em mérito absoluto a) Inexistindo fundamentos de rejeição das candidaturas por incumprimento do previsto no ponto 5, o Júri deliberará sobre a sua aprovação ou não aprovação em mérito absoluto, por votação nominal justificada, não sendo admitidas abstenções; b) Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes; c) A aprovação em mérito absoluto dos candidatos depende da posse de um currículo global que o júri considere, fundamentadamente, revestir mérito científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida, compatíveis com a área científica para a qual foi aberto o concurso e adequados à respetiva categoria docente, tal como documentados na informação apresentada a concurso; d) Para efeitos da avaliação a aprovação fundamentada em mérito absoluto dos candidatos dependerá da observância de requisitos, de natureza qualitativa e quantitativa, de desempenho científico, capacidade pedagógica e de desempenho noutras atividades relevantes para a missão da instituição, em conformidade com o artigo 4.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro. e) Podem ser opositores ao concurso os candidatos que nos últimos 6 anos, tenham cumprido com pelo menos 4 dos seguintes critérios de mérito absoluto: I. Ter produzido pelo menos 5 publicações científicas internacionais com revisão por pares em revistas ou atas de conferência e indexação Scimago, Web of Science ou Scopus. II. Ter produzido pelo menos 10 publicações científicas com revisão por pares em revistas, capítulos de livros ou atas de conferência, excluindo as publicações consideradas no ponto anterior. III. Ter produzido pelo menos uma publicação sob a forma de livro científico com ISBN, independentemente do formato. IV. Ter obtido, em pelo menos um período de avaliação, a classificação de excelente na avaliação de desempenho docente. V. Ter assumido funções de diretor ou subdiretor, de curso ou de departamento. VI. Ter assumido funções de presidente, ou vice-presidente, da ESTG. VII. Ter assumido funções de membro, do conselho pedagógico ou do conselho técnico-científico da ESTG. 8.2. Critérios em mérito relativo 8.2.1. A avaliação tem como critério de base a divisão em três pontos. Cada um dos pontos e respetiva ponderação constituem uma grelha a considerar na avaliação dos candidatos, a saber: I. Desempenho técnico-científico do candidato (DTC): 40% II. Capacidade pedagógica do candidato (CP): 35% III. Outras atividades relevantes para a missão da ESTG|P.PORTO (OAR): 25% 8.2.2. As subdivisões de cada um destes três pontos, com a respetiva pontuação, serão os estabelecidos mais adiante neste documento; 8.2.3. Considerar-se-ão como elementos suscetíveis de análise apenas aqueles de que o candidato possa fazer prova objetiva; 8.2.4. Em todos os pontos em que exista uma análise comparativa dos elementos de avaliação apresentados

pelos candidatos, o Júri reservar-se-á ao direito de não atribuir a pontuação máxima, caso considere que os elementos apresentados são manifestamente insuficientes; 8.2.5. Qualquer ação ou atributo dos candidatos não pode ser contabilizado em mais do que um ponto da grelha; 8.2.6. Em caso de igualdade pontual, os candidatos serão seriados considerando: primeiro, a pontuação obtida no ponto um da grelha (Desempenho técnico-científico - DTC); segundo, a pontuação obtida no ponto dois da grelha (Capacidade pedagógica - CP); terceiro, a pontuação obtida no ponto três da grelha (Outras atividades relevantes para a missão da ESTG|P.PORTO – OAR). 8.2.7. Desempenho técnico-científico do candidato (DTC) 8.2.7.1. A pontuação do Desempenho técnico-científico terá em consideração cinco componentes, às quais serão atribuídas as seguintes pontuações máximas: I. Publicações científicas: 25 pontos II. Participação em atividades e projetos de I&D: 25 pontos III. Coordenação Científica de bolsiros de investigação: 25 pontos IV. Orientação de trabalhos académicos: 15 pontos V. Participação em júris conducentes a grau/título académico: 10 pontos 8.2.7.2. A pontuação relativa às diferentes componentes do Desempenho técnico-científico será feita a partir da análise comparativa dos elementos curriculares correspondentes apresentados pelos candidatos e referentes aos últimos dez anos, tendo sempre como limite as pontuações acima referidas. 8.2.7.3. As teses de Mestrado ou Doutoramento não são valorizadas no Desempenho técnico-científico. 8.2.7.4. Publicações Científicas a) Desde que haja enquadramento no tema da área científica em concurso, serão atribuídas as pontuações constantes da tabela seguinte: 1. Por cada livro técnico-científico completo ou patente 30 2. Por cada artigo publicado em revista indexada ISI ou Scopus 25 3. Por cada artigo publicado em revista (não incluído na alínea 2) 10 4. Por cada artigo completo (full paper) publicado em atas de congressos ou conferências 10 5. Por cada comunicação/publicação não incluída nos pontos anteriores 5 b) Para a componente de publicações científicas serão contabilizados 25 trabalhos no total, selecionados pelo candidato. c) Para efeitos de contabilização, cada uma das ocorrências será multiplicada pela respetiva pontuação. d) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 25 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.7.5. Participação em atividades e projetos de I&D a) Desde que haja enquadramento no tema da área científica em concurso, serão atribuídas as pontuações constantes da tabela seguinte: 1. Diretor de Centro de Investigação reconhecido pela FCT 10 2. Subdiretor de Centro de Investigação reconhecido pela FCT 8 3. Membro Integrado de Centro de Investigação reconhecido pela FCT 3 4. Coordenação global ou institucional dos projetos 5 5. Participação em projetos 3 b) Para o cálculo da pontuação, os pontos 1 a 3, da tabela anterior, serão multiplicados pelo número de anos de atividade no exercício da função e os pontos 4 a 5, da tabela anterior, serão multiplicados pelo número de ocorrências e realizados nos últimos dez anos. c) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 25 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.7.6. Coordenação Científica de Bolsiros de Investigação a) Para esta componente serão contabilizadas 25 orientações no total, selecionadas pelo candidato. Para efeitos de contabilização, cada uma das ocorrências será multiplicada pela respetiva pontuação. d) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 25 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.7.7. Orientação de trabalhos académicos a) Serão incluídas na Orientação de trabalhos académicos na área científica a concurso as seguintes componentes: 1. Orientações de projeto final/estágio de Licenciatura 30 2. Coorientações de projeto final/estágio de Licenciatura 15 3. Orientações de dissertação/projeto/estágio de Mestrado 60 4. Coorientações de dissertação/projeto/estágio de Mestrado 30 5. Orientações e Coorientações de teses de Doutoramento 80 b) Para esta componente serão contabilizadas 50 orientações e/ou coorientações no total, selecionadas pelo candidato. Para efeitos de contabilização, cada uma das ocorrências será multiplicada pela respetiva pontuação. c) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 15 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.7.8. Participação em júris conducentes de grau/título académico a) Serão incluídas na Participação em júris conducentes de grau/título académico na área científica a concurso as seguintes componentes: 1. Arguente de projeto final/estágio de Licenciatura 40 2. Arguente de dissertação/projeto/estágio de Mestrado 60 3. Arguente de teses de Doutoramento 80 b) Para esta componente serão contabilizadas 25 arguições no total, selecionadas pelo candidato. Para efeitos de contabilização, cada uma das ocorrências será multiplicada pela respetiva pontuação. c) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 10 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.8. Capacidade pedagógica do candidato (CP) 8.2.8.1. A pontuação da Capacidade Pedagógica

será contabilizada tendo em consideração três componentes de serviço, exercidas apenas no âmbito do Ensino Superior, a que serão atribuídas as seguintes pontuações máximas: I. Atividade letiva: 40 pontos II. Elaboração de recursos didáticos: 20 pontos III. Participação em grupos/comissões pedagógicas: 40 pontos 8.2.8.2. A pontuação relativa às diferentes componentes da capacidade pedagógica será contabilizada a partir da análise comparativa dos elementos curriculares apresentados pelos candidatos e referentes aos últimos dez anos, tendo sempre como limite as pontuações máximas acima referidas. 8.2.8.3. Será atribuída a pontuação de 100% relativa ao parâmetro de avaliação Capacidade pedagógica (CP) ao candidato que tiver maior número de pontos (100 pontos), classificando-se os restantes em proporção. 8.2.8.4. Atividade letiva a) Para a formação da pontuação da Atividade letiva, serão contabilizadas as unidades curriculares lecionadas por cada semestre letivo no domínio da área científica a concurso, atribuindo-se: 5 pontos por unidade curricular lecionada e 5 pontos pela responsabilidade/regência de unidade curricular. b) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuída ao que tiver maior total a pontuação de 40 pontos, classificando-se os outros em proporção. 8.2.8.5. Elaboração de recursos didáticos a) O candidato apresenta um dossier dos recursos didáticos utilizados numa unidade curricular, por si selecionada, que serão objeto de análise para verificar a sua efetiva qualidade e adequação à área científica a concurso. b) Serão considerados quatro níveis de ponderação: muito adequado (20 pontos); adequado (12 pontos); pouco adequado (6 pontos); nada adequado (zero pontos). 8.2.8.6. Participação em grupos/comissões pedagógicas a) Serão contabilizadas as participações no domínio da área científica a concurso, atribuindo: 1) Comissão de criação de formações conferentes de grau académico: 5 pontos por cada. 2) Comissão de criação de formações não conferentes de grau académico: 3 pontos por cada. b) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuído, ao que tiver maior total, a pontuação de 40 pontos, classificando-se os restantes em proporção. 8.2.9. Outras atividades relevantes para a missão da ESTG|P.PORTO (OAR) a) A pontuação máxima neste item será de 100 pontos, considerando a análise comparativa dos elementos curriculares apresentados pelos candidatos, referentes aos últimos dez anos, e classificando-os proporcionalmente, tendo em conta a duração, responsabilidade dos cargos/funções e os níveis de pontuação máxima constantes da tabela seguinte: 1. Presidente de órgão de gestão de UO/IES 15 2. Vice-Presidente de órgão de gestão de UO/IES 12 3. Membros de órgão de gestão de UO/IES 8 4. Cargo de Diretor de Departamento ou equivalentes 12 5. Cargo de subdiretor de Departamento ou equivalentes 10 6. Cargo de Diretor de Curso ou equivalentes 8 7. Cargo de subdiretor de Curso ou equivalentes ou comissões de curso 6 8. Responsabilidade por laboratórios, serviços e gabinetes previstos no organograma da UO/IES 8 9. Outros cargos organizacionais reconhecidos pela UO/IES 5 b) Para o cálculo da pontuação, os pontos 1 a 8, da tabela anterior, serão multiplicados pelo número de anos de atividade no exercício da função. c) Para o cálculo da pontuação referente ao ponto 9, da tabela anterior, considerar-se-á a pontuação por ocorrência, até ao limite máximo de 25 ocorrências. d) Feito o somatório para todos os candidatos, será atribuída, ao que tiver maior total, a pontuação máxima de 100 pontos, classificando-se os outros em proporção. 9. O processo do concurso pode ser consultado através do endereço <https://domus.ipp.pt/concursos/estg/pessoal/> 10. As falsas declarações serão punidas nos termos da lei. 11. A composição do júri é a seguinte: Presidente: - Luís da Costa Lima, Professor Adjunto e Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, que nas suas ausências e impedimentos será substituído pela Professora Adjunta Vanda Marlene Lima, Vice-Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto. Vogais: - Dorabela Regina Chiote Ferreira Gamboa, Professora Coordenadora na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto; - Maria Goreti Carvalho Marreiros, Professora Coordenadora com Agregação no Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico do Porto; - Paulo Jorge Freitas de Oliveira Novais, Professor Catedrático na Escola de Engenharia da Universidade do Minho; - Manuel Eduardo Carvalho Duarte Correia, Professor Associado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; - Ricardo Jorge Gomes Lopes da Rocha, Professor Associado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. 12. Audiências públicas — Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP, o Júri pode promover audiências públicas em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos. 13. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Observações
